



**A CIENTIFICAÇÃO DO DOMÉSTICO E A INFLUÊNCIA DO CAPITAL: ESTADO,
IDEOLOGIA E A ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL**

José Carlos do Amaral Junior¹
José Rubens Mascarenhas de Almeida²

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a importância da intervenção do Estado na implantação do curso de Economia Doméstica no Brasil, enquanto estratégia de produção/reprodução capitalista na medida em que esse processo foi conduzido sob aspectos ideológicos bastante específicos. Assim, analisa também os impactos decorrentes desse cenário no ciclo de decadência e extinção do referido curso no país, e como esses fenômenos também são resultantes de uma guinada ideológica do Estado frente às formas de acumulação de capital.

A Economia Doméstica é uma área de formação superior criada no início do século XX e introduzida no Brasil na primeira metade da década de 1950. Seu escopo foi importado dos EUA, integrando uma estratégia geral de relação internacional ligada às formas de acumulação de capital vigentes à época, cujos principais objetivos estavam centrados no controle de desenvolvimento dos países de “terceiro mundo”, no fomento à criação de um mercado consumidor para produtos agrícolas e industrializados e no combate ao “avanço comunista”. Reverberado pelo contexto da Guerra Fria e pelos ideais do Governo Vargas no Brasil, esse processo de introdução da Economia Doméstica representou parte de um movimento geral de intervenção do Estado na construção de uma sociedade fundada nos padrões produtivos/reprodutivos capitalistas, em pleno avanço mundial no cenário pós-II Guerra.

Por meio das reformas educacionais propostas e executadas pelo Ministro Gustavo

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço Eletrônico: jcamaral1987@gmail.com

2 Orientador. Pós-doutor pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM); doutor em Ciências Sociais pela PUCSP; docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista (PPGMLS/UESB); coordenador do GEILC/CNPQ e pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais). Endereço Eletrônico: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br



Capanema, em que o ideal de divisão sexual do trabalho e de apologia à família nuclear tradicional burguesa constituía o núcleo centralizador, o curso de Economia Doméstica foi, mais tarde, implantado no país mais como resultante das relações internacionais estabelecidas e percepções políticas vigentes à época do que como resposta a uma demanda social legítima, apesar de o discurso oficial ter se centrado neste último elemento. Assim encontrou, sobretudo na implantação dos programas extensionistas – de origem estadunidense e fortemente vinculados à ampliação do investimento em crédito rural e ao consumo de tecnologias – um terreno fértil para sua rápida popularização e capilaridade.

Tendo o Estado como principal condutor dessa implantação e, conseqüentemente, da consolidação do curso no país, os impactos decorrentes das mudanças ideológicas e de paradigma produtivo resultaram, por sua vez, no início de declínio da área de formação no Brasil. Este trabalho, portanto, se propõe a entender como o Estado fomentou o crescimento e popularização da Economia Doméstica como instrumento de produção e reprodução de um sistema de relações, de produção e de dominação.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este trabalho está sendo desenvolvido na perspectiva do método Materialista Histórico-Dialético, cujas bases teórico-analíticas fundam, principalmente, nas categorias da totalidade, do movimento e da contradição.

Portanto, este trabalho parte do conceito de Estado apresentado por Marx e Engels (2007), para os quais, ao contrário das teses contratualistas, o Estado é resultante das contradições existentes entre as classes, representando os interesses da burguesia e, conseqüentemente, da classe dominante. Segundo os autores:

É precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória (...) (Idem, ibidem, p.34).

Dessa maneira, o Estado aparece como elemento fundamental de dominação política e ideológica, sob a imagem inadequada de instituição autônoma que surge dos interesses coletivos enquanto contrato social. Nessa perspectiva, a noção de ideologia utilizada pelo trabalho também é aquela apresentada por Marx e Engels (2007) para os



quais a ideologia é uma falsa consciência que representa os interesses da classe dominante, que é produzida a partir das relações concretas da sociedade de classes.

Nessa perspectiva, entende-se que a Economia Doméstica é abordada enquanto curso de formação superior implantado no Brasil sob condições socioeconômicas específicas, e que essa compreensão deve ser subsidiada pela percepção de que, enquanto parte do sistema de educação formal no país, a análise deve contemplar as condições específicas de produção e reprodução capitalista à época. Nesse sentido, os trabalhos que contemplam tal perspectiva são aqueles apresentados por Ribeiro (2009, 2010), Pinheiro (2016) e Amaral Junior (2016).

Essencialmente, este é um estudo teórico reflexivo, utilizando como fonte principal os trabalhos acadêmicos e documentos oficiais que remetem ao objeto estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cientificação do doméstico e adaptação ao “novo mundo”

A rápida popularização da Economia Doméstica no país se deu em torno da existência de um discurso oficial que tinha como elemento central uma necessidade social latente. No núcleo duro deste discurso, dois elementos principais podem ser destacados: (i) a necessidade de adaptar os saberes e fazeres domésticos às novas demandas, tais como as tecnologias disponíveis; (ii) e a urgência de formação de profissionais capazes de contribuir com a adaptação das famílias às exigências dos novos modos de produção e, conseqüentemente, de organização da vida social, representado pela crescente abertura de mercados, aumento da urbanização e avanço da industrialização. Esse discurso geral podia ser percebido em diferentes países, não representando, necessariamente, um movimento isolado, mas ações coordenadas de “cientificação” dos saberes domésticos e de manutenção de um modelo de família (LOURO; MEYER, 1993).

Conforme demonstra Ribeiro (2009; 2010), a verdadeira face da implantação da Economia Doméstica no Brasil está no relacionamento assimétrico com os EUA. O ponto nevrálgico dessa relação, conforme demonstra Pinheiro (2016), foi a implantação dos programas extensionistas que, focado nos pequenos produtores, tinha como função geral ser a “célula” de reprodução de ideais de produção e consumo. Como parte do trabalho



extensionista, os ensinamentos de Economia Doméstica objetivavam preparar a mulher para cuidar da casa e da família, frente aos desafios da urbanização, das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, das novas tecnologias e dos novos modos de produção, sobretudo no campo e nos pequenos centros urbanos.

Comherança direta das ações filantrópicas executadas pela *American International Association* (AIA), entidade americana liderada por Nedson Rockefeller, o primeiro curso de Economia Doméstica foi introduzido no Brasil em 1952 (RIBEIRO, 2009). Vale ressaltar, no entanto, que a importação do curso para solo brasileiro só foi possível por existir, em contrapartida, um cenário político e social favorável à sua popularização e disseminação. Foi durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema, com as reformas por ele propostas e executadas, sobretudo no campo da educação, que o discurso da formação doméstica como preparo às novas condições sociais atingiu seu apogeu (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2011). Como pano de fundo desse discurso estava um Governo marcado pelo “equilíbrio entre uma renovação conservadora do Estado Novo e a (sic) lideranças católicas” e a intenção geral do ministro em promover o aumento populacional e proteger o modelo de família burguesa vigente (*Idem, ibidem*, p.1202).

O abandono do Estado

Praticamente duas décadas após sua implantação, o curso de Economia Doméstica vivenciou uma profunda crise estrutural que se estendeu por mais de quarenta anos, culminando com sua extinção. Essa crise, longe de ser um fenômeno conhecido com densidade, abrangeu elementos de diversas ordens. Mesmo com a prevalência, de certo modo generalizada, do discurso positivo da Economia Doméstica enquanto demanda social latente – que remonta à sua origem – o cenário vivenciado foi retração da área de formação, a diminuição do número de vagas no mercado e o encerramento da oferta do curso em diversas instituições (AMARAL JUNIOR, 2016).

Com a mudança de paradigma geral da extensão rural no país, que passou a ser focalizada na produção de grandes culturas, e com as alterações políticas provenientes do Governo da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a formação em Economia Doméstica passou a não acompanhar o interesse geral do Estado, que agora residia em fomentar um desenvolvimento baseado em outra abordagem tecnicista e colocava a formação social rural em segundo plano (PINHEIRO, 2016). Sem o interesse geral na sustentação *ipsis*



litteris do discurso amplamente propagado na década de 1950, e com outros instrumentos para produção/reprodução dos ideais da classe dominante à época, o que se viu foi um abandono do Estado ao fomento da Economia Doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar o tema proposto, este estudo demonstra como o Estado influenciou no processo de implantação, popularização, retração e extinção do curso de Economia Doméstica no Brasil. Atendendo a objetivos específicos de produção e reprodução de ideais – tanto de modos de produção como, em sua decorrência, da manutenção das ideias das classes dominantes – o Estado teve importante papel na trajetória do curso no país. Este estudo demonstra também que, não representando uma demanda social genuína das classes dominadas ou uma resposta do Estado às pressões dos menos favorecidos, a implantação da Economia Doméstica no Brasil foi uma clara estratégia de dominação ideológica, na medida em que se constituía um instrumento de reprodução de uma série de ideais dominantes específicos: da lógica de consumo ao modelo familiar burguês.

Palavras-chave: Estado. Economia Doméstica. Ideologia. Ensino Superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL JUNIOR, J. C. **Economia Doméstica:** adaptação, transformação ou extinção? Edição revisada e comentada. 2ª edição, Editora PerSe, São Paulo-SP, 2016.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.87, p.45-57, novembro de 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2007.



PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil.** Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Sônia Regina Mendonça, Niterói-RJ, 2016.

RIBEIRO, M. G. M. **A USAID e o ensino agrônômico brasileiro:** o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém-PA, v.4, n.3, p.453-463, set/dez de 2009.

_____. A constituição das ciências humanas numa universidade rural. **ALEPH**, ano IV, n.14, p.52-60, dezembro de 2010.

TOMÉ, D. C.; QUADROS, R. S.; MACHADO, M. C. G. **O papel social da mulher e da família no pensamento de Gustavo Capanema.** In: V Congresso Internacional de História, p.1197-1203, setembro de 2011.